



# Discutir o fim da flexibilização do RDIDP!

*Assembléia de 23/10 e setoriais deverão debater também a extinção da CERT, legalização dos contratos precários e ampliação do corpo docente*

**A** CERT não deve fazer a avaliação individual de docentes. Assim se manifestou o Reitor, concordando com a Adusp, em mais de uma oportunidade. Por outro lado, deve haver um controle administrativo do cumprimento do RDIDP.

A Adusp considera que a flexibilização do RDIDP é uma grave distorção que há na Universidade. A existência de outros regimes de trabalho, como o RTC, bem como a possibilidade de parcerias da Universidade, como instituição, com outros setores, possibilitam o necessário vínculo da Universidade com a sociedade.

A flexibilização do RDIDP tem sido, em muitos casos, utilizada com o objetivo de complementar os salários. A Adusp sempre lutou pela ampliação dos recursos públicos para a adequada manutenção da universidade e por reajustes que mantenham nosso salário condizente com nossa função de professores universitários. Os baixos salários não podem ser justificativa para a busca de remuneração através da realização de trabalhos que, se compatíveis com os objetivos da Universidade, deveriam ser realizados por seus funcionários através das atividades de pesquisa, ensino ou extensão.

## Recomendações

Esse será um dos temas em pauta na próxima assembléia da Adusp, no dia 23/10. Neste sentido, o Conselho de Representantes da entidade (CR) aprovou, em sua reunião de 8/10, as recomendações do GT da Adusp sobre a CERT, e indica para a discussão nas assembléias setoriais, que devem anteceder a Assembléia Geral da Adusp, as seguintes propostas:

- Extinção da CERT
- Criação de uma comissão, eleita pelo CO, para controle administrativo do cumprimento do RDIDP
- Fim da flexibilização do RDIDP

O CR também discutiu a situação irregular dos precários e a necessidade de ampliação do quadro de docentes na USP. Entre 1998 e 2000 a Reitoria promoveu a realização de concursos públicos com o objetivo de resolver parcialmente a situação dos precários, tendo havido, na ocasião, uma significativa diminuição do número de docentes com contratos irregulares. Entretanto, muitos departamentos continuam gerando novos precários, ao optarem por processos seletivos e não por concursos públicos.

## Período experimental não pode ser superior a oito anos

A universidade tem mantido alguns docentes em período experimental nos regimes RTC e RDIDP por um período superior a oito anos. Conforme o Regimento Geral da USP, este período é de seis anos, podendo ser renovável por mais dois.

Há vários casos de docentes que foram “desligados” e “reliçados” ao RDIDP, muitas vezes, na mesma data, iniciando-se assim um novo período de experimentação. Esta prática se configura não somente ilegítima, como também anti-acadêmica e anti-regimental.

As sucessivas administrações da USP têm promovido inúmeras arbitrariedades, muitas vezes inconstitucionais, como é o caso dos contratos precários. Manter um docente por mais de oito anos em experimentação é não cumprir sequer a legislação interna da USP!

A Adusp tem um grupo de trabalho que discute essas questões e pretende organizar uma reunião com os colegas que se encontram nesta situação para definir como atuar no sentido de transformar essa realidade. Pedimos aos interessados que forneçam à Adusp ([secretaria@adusp.org.br](mailto:secretaria@adusp.org.br)) seu nome e e-mail para que possamos organizar esse encontro.

Recentemente, algumas unidades, como o Instituto de Física, decidiram pela realização apenas de concursos públicos. Analisando a situação dos precários e também considerando a urgência da necessidade de contratação de mais docentes na USP, o CR aprovou e indica para discussão nas setoriais as propostas que seguem:

- Legalização imediata da situação dos precários

- Ampliação do quadro docente na USP por meio da criação de novos cargos

- Contratação apenas através de concursos públicos.

O envolvimento dos colegas nas discussões que devem ocorrer nas unidades e a sua participação na Assembléia da Adusp são muito importantes! (*Leia na página 4 as decisões do CR sobre finanças e filiações*)

## Assembléia da Adusp no dia 23/10

### Pauta:

- Campanha salarial
- Delegação para o Conad de Belém em 1-3/11/02
- Campanha de filiação, contratos precários, RDIDP e CERT

**Hora: 17h30. Local: Auditório da História. Contamos com você!**

# Presidente da Adusp reúne-se com comissão da Reitoria sobre Fundações

**A** convite da comissão especial criada pelo Reitor da USP para definir diretrizes que norteiem a discussão em torno do tema “Fundações” na universidade, o presidente da Adusp, professor Ciro T. Correia, reuniu-se na Pró-Reitoria de Pesquisa, no dia 9/10, com os membros da comissão: professores Erney Plessman, Hugo Armelin, Hernan Chaimovich e Luís Nunes de Oliveira.

O presidente da Adusp entregou à comissão uma série de documentos que sintetizam o conhecimento que hoje se tem dessas entidades e de sua atuação na USP, a partir da publicação pela *Revista Adusp* do “Dossiê fundações”, respectivamente nas edições 22, 23 e 24, todas de 2001 (disponíveis no endereço [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)) e dos vários debates promovidos na USP sobre a questão, além da audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 21/11/2001, registrada no DO de 22/11/2002.

De início o professor Ciro destacou as distorções de concepção quanto à própria possibilidade de existência de uma “fundação privada”, como tão bem aponta o jurista Celso Bandeira de Mello, especializado em Direito Administrativo, ao afirmar: “O que se passou, entretanto, no Direito Brasileiro é que foram criadas inúmeras pessoas designadas como ‘fundações’, com atribuições nitidamente públicas, e que sob este aspecto, em nada se distinguíam das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as às limitações e controles próprios das pessoas de Direito Público. *Entretanto, foram batizadas de pessoas de Direito Privado apenas para se evadirem destes controles*

*moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público.”* (Bandeira de Mello, 2001. *Curso de Direito Administrativo*, 13ª edição. Malheiros Ed., 870 p. Grifo nosso).

## **RDIDP flexibilizado**

O presidente da Adusp declarou à comissão que, embora afirmem o contrário, os mecanismos de controle das atividades das fundações no âmbito da universidade, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas são extremamente limitados; que nos projetos e serviços realizados por essas fundações trabalham docentes contratados pela USP em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pes-

quisa (RDIDP), os quais, não raramente, recebem por esses serviços “complementos salariais” que superam os salários pagos pela universidade; que não existe o devido controle se as atividades desenvolvidas por esses docentes junto às fundações restringem-se ao máximo de 8 horas semanais regulamentadas (via flexibilização do RDIDP); e que através das fundações muitas unidades da USP oferecem os mais diferentes tipos de cursos pagos, driblando assim a norma constitucional que prevê o ensino gratuito nas instituições públicas de ensino superior.

Em relação a esse último aspecto (vide *Informativo Adusp* 124 e edição especial da *Revista Adusp* 27, que acaba de ser lançada), foram entregues para a comissão

cópias das ações civis públicas movidas pelo ministério público contra algumas universidades federais por conta da realização de cursos pagos.

O professor Ciro observou que os problemas relacionados com as fundações privadas poderiam ser reduzidos em muito, se não praticamente erradicados, com o fim da flexibilização do RDIDP e caso a USP aprovasse uma norma que impedisse a realização de convênios com quaisquer fundações privadas que tivessem docentes em RDIDP nas suas diretorias ou conselhos, evitando assim os conflitos de interesse que surgem quando a isenção do servidor ou da autoridade pública fica prejudicada por seus vínculos simultâneos com entidades ou interesses privados.

## Encontro do Coletivo Jurídico do Andes em Salvador

**R**ealizou-se em Salvador (BA) o 2º Encontro Jurídico do Andes-SN do ano de 2002, nos dias 27 e 28/9, com a participação de assessores jurídicos e dirigentes sindicais. A abertura do 2º Encontro do Jurídico coube ao professor Almir Serra Martins Menezes Filho, diretor jurídico do Andes-SN, e ao advogado Claudio Santos, da assessoria jurídica nacional do Andes-SN. A Adusp esteve presente, representada por seu presidente, professor Ciro T. Correia, e pela advogada Lara Lorena, da assessoria jurídica da entidade.

Os seguintes tópicos constituíram a pauta do encontro:

1. Reunião das assessorias jurídicas nacional e regionais do Andes, para definir atribuições e estratégias de atuação;
2. Relações de trabalho nas instituições particulares;

3. IEES – especificidades das relações de trabalho;

4. Fundações de apoio, cursos profissionalizante e aperfeiçoamentos pagos nas universidades públicas;

5. Negociação coletiva e direito de Greve no Serviço Público;

6. Reforma do Poder Judiciário;

7. Reforma da Previdência, saúde e meio ambiente do trabalho.

Na mesa referente ao item 4, o professor Ciro fez uma apresentação do tema, seguido pelo assessor Marcelo Chalreo (Adurj-S.Sind. e Asduerj). Este destacou o fato de que existe amparo legal contra a atuação das fundações privadas de apoio, tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto na Constituição Federal.

Chalreo apontou a existência de promiscuidade entre as

fundações de apoio e as instituições de ensino superior; informou sobre a ocorrência de ilegalidades (desvio de poder, apropriação do patrimônio público) e de desvio de finalidades: é a universidade que ministra cursos de pós-graduação, e não as fundações de apoio. Acrescentou que os repasses às universidades não remuneram o que estas investem para proporcionar a atuação das fundações.

Como encaminhamento, foi aprovado que os assessores, advogados Marcelo Chalreo, Lara Lorena, Luciana Brayner e Cláudio Santos, constituirão um GT no âmbito do coletivo jurídico do Andes para aprofundar o debate jurídico do tema e sistematizar as medidas a serem adotadas pelo sindicato nacional e pelas seções sindicais quanto ao problema das fundações privadas.

# CoPGr realizará *workshop* sobre cursos pagos

O Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) aprovou, na reunião realizada em 2/10, a convocação de um *workshop* sobre o financiamento dos cursos de especialização e mestrado profissionalizante na USP. Serão chamadas a participar as entidades representativas (APG, DCE, Adusp), as comissões criadas no âmbito do CoPGr (a de Cursos de Especialização e a de Mestrado Profissionalizante) e duas unidades: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRACF). A data provável para a realização do *workshop* é 30/10, e ele será aberto a toda a comunidade.

Como se sabe, em abril deste ano o CoPGr decidiu, por proposta da representação discente da pós-graduação, suspender a aprovação de novos cursos pagos. Na mesma ocasião foram criadas as citadas comissões, que foram incumbidas de estudar a situação criada pela proliferação de cursos pagos na USP. Desde então, a Comissão de Cursos de Especialização já se reuniu cinco vezes, e produziu um levantamento inédito sobre os cursos pagos, com base nas respostas das unidades a um questionário que lhes foi enviado.

Na reunião de 3/9 da Comissão, a pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Vilela, apresentou a proposta de formação de um fundo relacionado aos cursos pagos, que seria constituído por 40% das receitas arrecadadas pelos cursos. As verbas do fundo seriam aplicadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação nos programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado. Obviamente, essa proposta acena com a manutenção dos cursos pagos, em troca de um repasse financeiro para a USP maior do que o atual.

## Diagnóstico

Inicialmente, a Comissão de Cursos de Especialização tratou de discutir se deveriam existir cursos de especialização vinculados ao CoCEX (como sugeriram, durante uma reunião do CoPGr, alguns conselheiros vinculados à realização de cursos pagos) ou se todos deveriam permanecer no CoPGr. Por unanimidade foi considerado que o que for pós-graduação *lato sensu* deve permanecer no CoPGr.

O passo seguinte foi conceituar e definir a pós-graduação *lato sensu* e suas características. A Comissão entendeu que estão enquadrados nessa categoria os cursos de residência (60 horas semanais durante pelo menos dois anos), aprimoramento (40 horas semanais durante pelo menos dois anos) e especialização plena (720 horas-atividade, das quais 360 horas-aula teóricas).

A Comissão elaborou um diagnóstico sobre a situação atual dos cursos vinculados

ao CoPGr, identificando a existência de 111 cursos de especialização na USP entre 1991 e 2001, dos quais só 82 (74%) estão ativos. Dos ativos, 64 (58%) permanecem no CoPGr, enquanto os restantes 18 (16%) estão “migrando” para o CoCEX, em cujo âmbito são menores o controle e as exigências para aprovação. Esses dados foram extraídos dos questionários respondidos por 90% das unidades.

Dos cursos que permanecem na esfera do CoPGr, 50 são pagos. O diagnóstico revela, pela primeira vez, o número de professores que atuam ou atuaram nos cursos de especialização: são 270 docentes em RDIDP e 350 em RTC e RTP. A soma, 620, corresponde a menos de metade do total de professores envolvidos com esses cursos na USP, que são 1270. Dizendo de outra forma, 650 professores que ministram aulas nos cursos de especialização da USP não pertencem ao quadro da universidade.

Uma tabela revela os preços dos cursos por aluno. Nela, destaca-se a diferença entre os valores cobrados nos cursos da FEA e os fixados nas demais unidades. Numa classificação por faixas de preço, quase todos os cursos mais caros são da FEA: dos 21 que cobram de R\$ 16.000,00 a R\$ 30.000,00, 18 são dessa unidade. Este foi o motivo da inclusão da FEA entre os participantes convidados do *workshop*. O convite ao HRACF deve-se ao oposto: ele promove diversos cursos com taxas relativamente baixas.

A tabela menciona cursos de outras duas unidades na faixa de preço acima dos R\$ 16.000,00: Faculdade de Odontologia de Bauru, R\$ 20.400,00 (1993-1995), e Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, R\$ 27.600,00 (iniciado em 2000).

Outro dado importante do diagnóstico: os cursos de especialização da Escola Politécnica não estão vinculados ao CoPGr, podendo estar no CoCEX ou em nenhum Conselho.

## Fragorosa derrota do neoliberalismo

**A**vassaladora vitória das oposições nas eleições de 6/10 demonstra, de modo inequívoco, o sentimento de amplos setores da sociedade brasileira de repúdio ao modelo impingido ao país nos últimos oito anos, que provocou o desmantelamento do Estado, a desagregação do tecido social (e concomitante crescimento da violência, que já nos coloca em situação de barbárie), o desemprego em escala ciclópica e a derrocada da economia, sem falar na crescente perda da soberania nacional.

Tal constatação independe dos resultados do segundo turno das eleições, mas seus efeitos poderão tornar-se mais nítidos caso se confirme a vitória de Lula e dos

demais candidatos da esquerda na rodada de 27/10.

A subordinação subserviente das elites no poder aos ditames do Fundo Monetário Internacional, a transferência de renda a privilegiar maciçamente o setor financeiro interno e externo, a opção deliberada do governo federal pelo congelamento da economia e por cortes sucessivos nos investimentos sociais, a pretexto da “austeridade fiscal” — tudo isso gerou um quadro de profundo agravamento das desigualdades sociais, que atravessaram séculos e tiveram grande impulso nos anos de chumbo da ditadura militar.

A onda renovadora que varreu o Brasil de norte a sul no primeiro domingo eleitoral vai, porém, muito além do

justo protesto da população brasileira contra o desfile de horrores, misérias e decepções instaurado pelo neoliberalismo. O tufão democrático de outubro, que multiplicou incontáveis vezes o protagonismo dos estratos sociais sempre alijados do poder político, assume um caráter de ruptura histórica.

A eventual vitória da oposição no segundo domingo eleitoral marcará, para sempre, a crônica deste país, quaisquer que sejam seus desdobramentos e independentemente dos atos do futuro governo. É que, nesse caso, estará concretizada uma manifestação legítima e soberana do povo brasileiro, cujo sentido é um só: um ato de vontade destinado a derrotar a elite rapace e seus sócios no exterior.



# CR discute finanças e encaminhamentos para assembléia de 23/10

Conforme apresentado pela Diretoria nas assembléias para aprovação das contas da entidade, a Adusp desde 1997 tem realizado despesas que têm superado em cerca de 5% ao ano suas receitas oriundas da contribuição dos associados. Essas despesas têm sido cobertas com recursos do fundo de reserva da entidade, e a solução para essa situação vem sendo encaminhada pela Diretoria conjuntamente com o Conselho de Representantes (CR), o qual, de acordo com o estatuto da Adusp, possui também a competência de conselho fiscal da entidade.

Na reunião do CR de 7/5/02, a Diretoria informou que despesas no montante de R\$ 45.096,91 haviam sido realizadas com recursos do fundo de reserva, e que, temporariamente, a Diretoria não faria os depósitos de 15% da arrecadação mensal nesse fundo, enquanto estudássemos propostas para equacionar a situação financeira.

Na reunião de 8/10, o CR aprovou que esse montante e também os depósitos que deixaram de ser realizados no fundo de reserva desde março de 2002 (no conjunto, o total de R\$ 129.056,91) não precisam ser repostos no Fundo. Como em grande parte essa situação deriva do fato de que um número significativo de novos docentes não estão filiados, juntamente com a perda de muitos filiados que se aposentaram, foi destacada a importância de que em todas as unidades seja feito um esforço no sentido de ampliar as filiações.

Desse modo, o CR decidiu em 8/10 que se faça uma campanha de filiação com a finalidade também de equilibrar as finanças. Colocou-se como meta a consecução de 300 novos sócios até março de 2003. Atingida a meta, deverá ser retomado o repasse para o fundo de reserva, entretanto no valor de 5% da receita líquida. Caso a meta não seja atingida, o assunto volta à pauta do CR em março de 2003.

## Adusp organiza Seminário sobre Finanças Públicas

No dia 30/11, a Adusp realizará, atendendo ao encaminhamento do Setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) do Andes-Sindicato Nacional, o Seminário sobre Finanças Públicas, que tem o objetivo de munir as seções sindicais (AD's) de conhecimentos específicos relativos ao assunto.

O Seminário deve permitir que as sessões sindicais interessadas façam uma intervenção mais qualificada nas questões referentes aos orçamentos dos respectivos Estados, dentro da perspectiva de uma possível ampliação das verbas públicas para as IEES.

## ICMC-USP realiza extensão gratuita para professores da rede estadual

No dia 4/10, em São Carlos, no Instituto de Ciências Matemáticas e Computação (ICMC-USP), receberam seus diplomas 61 professores da rede estadual que fizeram o curso de extensão “Matemática: do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto”. O curso de 360 horas, gratuito para os professores, foi financiado pela Fapesp, pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e pelo ICMC.

O professor Francisco das Chagas Azevedo, aluno do curso e um dos oradores na cerimônia de entrega dos diplomas, destacou a importância da escola pública, “onde estudam os filhos dos trabalhadores, que são a maioria da população e necessitam de ensino de qualidade”.

Oziride Manzoli Neto, professor do ICMC-USP e um dos coordenadores do curso, contrapõe a iniciativa da unidade ao formato dos cursos de extensão

proposto pela Secretaria da Educação com apoio das pró-reitorias de Graduação e Cultura e Extensão, o polêmico “Projeto de Formação em Serviço para Professores” (*Informativo Adusp* 118).

“A Secretaria de Educação tentou promover um curso dessa natureza junto à USP. E uma coisa estranha é que a gente foi chamado apenas de última hora para isso, quer dizer: poderão cometer exatamente os mesmos erros que a gente cometeu, e que poderiam não ser cometidos”, diz o professor Oziride.

“Provavelmente vamos continuar a fazer a extensão da nossa forma. Nós achamos que fazer curso de 70 horas não vai resolver. É preciso ser uma coisa extensa, completa, não adianta dar um tópico ou dois. São doze, mais ou menos, os tópicos que precisam ser abordados”, acrescenta, referindo-se ao curso de Matemática.

## Semana da Consciência Negra

O Núcleo de Consciência Negra está promovendo, junto a outras entidades, a Semana da Consciência Negra no mês de novembro. Desde agosto de 2002, o núcleo está reestruturado no que diz respeito às propostas políticas, culturais e administrativas, e organizado em comissões coordenadas com reuniões semanais. A reunião geral acontece aos sábados às 13h.

Os interessados em colaborar com a entidade devem entrar em contato com o Núcleo de Consciência Negra, localizado à Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, Travessa 4, Bloco 3, Cidade Universitária. CEP: 05508-900. O telefone é 3091-4279/4291.